DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

RELATÓRIO

PROJETO DE LEI Nº 96 DE 2026

Institui a Semana Municipal da Saúde Ocular – Semana Amália Barros, dedicada à prevenção, ao diagnóstico e à conscientização sobre doenças oculares e sobre a visão monocular, e a inclui no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim.

RELATOR: WAGNER RICARDO PEREIRA

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

O Projeto de Lei nº 96 de 2026, de autoria dos Vereadores Ademir Souza Floretti Junior e Luis Roberto Tavares, propõe a instituição da Semana Municipal da Saúde Ocular – Semana Amália Barros, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de maio, integrando o Calendário Oficial de Eventos do Município de Mogi Mirim.

O artigo 1° institui a Semana Municipal da Saúde Ocular- Semana Amália Barros, determinando sua realização anualmente na segunda semana do mês de maio, integrando o Calendário Oficial de Eventos do Município de Mogi Mirim. A iniciativa tem como finalidade promover ações de prevenção, conscientização, diagnóstico precoce e inclusão das pessoas com deficiência visual, especialmente aquelas com visão monocular.

O artigo 2° estabelece as diretrizes e os objetivos da Semana Municipal da Saúde Ocular,prevendo a promoção de campanhas de conscientização sobre as principais causas de cegueira evitável, o incentivo ao diagnóstico precoce por meio de avaliações oftalmológicas, a realização de ações voltadas à saúde ocular infantil, com estímulo ao teste do olhinho ampliado e às triagens visuais nas unidades de ensino, a conscientização acerca dos direitos e da inclusão das pessoas com visão monocular, nos termos da Lei Federal n° 14.126, de 22 de março de 2021, bem como a divulgação de informações sobre o acesso ao tratamento pelo Sistema Único

de Saúde- SUS e sobre a importância dos cuidados preventivos com a saúde visual, incluindo o uso adequado de óculos, a proteção contra os raios ultravioleta e a utilização consciente de telas e dispositivos eletrônicos.

O artigo 3° dispõe que, para a consecução dos objetivos da Lei, o Poder Executivo poderá promover ações e mutirões de atendimento oftalmológico, realizar palestras e atividades educativas, distribuir materiais informativos, celebrar parcerias com universidades, hospitais especializados, entidades da sociedade civil e demais instituições ligadas à saúde ocular, além de promover a iluminação de prédios públicos na cor verde, símbolo relacionado à conscientização sobre a saúde ocular.

O artigo 4° estabelece que o Poder Executivo poderá regulamentar a Lei no que couber.

O artigo 5° determina que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

O artigo 6° determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em justificativa apresentada, os autores ressaltam que a saúde ocular está diretamente relacionada à qualidade de vida, à autonomia, ao desenvolvimento educacional e à inclusão social, sendo fundamental estimular ações voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce das doenças oculares. Destacam, ainda, que a proposição presta homenagem à mogimiriana Amália Barros, cuja atuação foi reconhecida nacionalmente na defesa dos direitos das pessoas com visão monocular, contribuindo para a edição da Lei Federal nº 14.126/2021. O projeto busca preservar esse legado por meio da instituição de uma semana permanente de conscientização, prevenção e promoção da saúde ocular no Município.

II - CONCLUSÕES DO RELATOR

a) Legalidade e Constitucionalidade

O Projeto de Lei nº 96/2026 encontra amparo na competência legislativa do Município, nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que confere aos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A proposição tem por finalidade instituir a Semana Municipal da Saúde Ocular – Semana Amália Barros no Calendário Oficial do Município, estabelecendo diretrizes voltadas à conscientização, prevenção e diagnóstico precoce de doenças oculares, bem como à promoção da inclusão das pessoas com visão monocular. Trata-se de matéria de interesse predominantemente local, cuja instituição por meio de lei municipal encontra respaldo na autonomia legislativa conferida aos Municípios.

Sob o aspecto da iniciativa legislativa, verifica-se que a matéria não dispõe sobre organização administrativa, criação de órgãos públicos, cargos, funções ou atribuições específicas da Administração Municipal. As medidas previstas possuem natureza programática e autorizativa, ao tratar das ações a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo, não impondo obrigações de execução compulsória e nem interferindo na esfera de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Desta forma, não se verifica violação ao princípio da separação dos Poderes previsto no art. 2° da Constituição Federal.

Este entendimento encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, especialmente no Tema 917 da Repercussão Geral, segundo o qual não configura usurpação da competência privativa do Chefe do Poder Executivo a lei de iniciativa parlamentar que, embora possa acarretar reflexos financeiros, não trate da estrutura administrativa, da atribuição de órgãos públicos ou do regime jurídico dos servidores.

No mesmo sentido o Tribunal de Justiça de São Paulo, reconheceu a constitucionalidade de lei municipal de iniciativa parlamentar que instituiu semana temática voltada à prevenção da cegueira no calendário oficial do Município, assentando que normas dessa natureza não afrontam a reserva de iniciativa nem o princípio da separação dos Poderes quando não criam órgãos públicos, não alteram a estrutura administrativa e não impõem a execução obrigatória de políticas públicas. Referido precedente guarda estreita similaridade com a matéria ora analisada, reforçando a constitucionalidade da presente proposição.

A matéria também encontra fundamento nos artigos 6º e 23, inciso II, da Constituição Federal, que reconhecem a saúde como direito social e estabelecem ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

pública. De igual modo, harmoniza-se com o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurada mediante políticas sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à sua promoção, proteção e recuperação.

No que se refere à conscientização sobre a visão monocular, a proposição mostra-se compatível com a Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais, reforçando a promoção da inclusão, da acessibilidade e da igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. A homenagem prestada à mogimiriana Amália Barros revela-se pertinente, considerando sua reconhecida atuação na defesa dos direitos das pessoas com visão monocular, conforme destacado na justificativa do projeto.

Quanto ao aspecto orçamentário-financeiro, embora o artigo 5º disponha que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, observa-se que o projeto não cria despesa obrigatória imediata nem determina a implementação compulsória de programas ou serviços públicos. Eventuais ações decorrentes da futura legislação deverão observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, em conformidade com o artigo 167, inciso II, da Constituição Federal, bem como com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto e com base nos fundamentos expostos, conclui-se que o Projeto de Lei n° 96/2026 atende os requisitos formais e materiais, demonstrando sua relevância social e legalidade, apto a regular tramitação.

b) Conveniência e Oportunidade

Sob o prisma da conveniência e oportunidade, a proposta revela-se pertinente, atual e de relevante interesse público para o Município de Mogi Mirim.

A instituição da Semana Municipal da Saúde Ocular – Semana Amália Barros contribui para o fortalecimento das ações de prevenção, conscientização e educação em saúde, estimulando a população a adotar medidas preventivas e a buscar o diagnóstico precoce de doenças oculares que, quando identificadas em seus estágios iniciais, apresentam maiores

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

possibilidades de tratamento e redução dos riscos de perda da visão. A iniciativa também favorece a disseminação de informações sobre hábitos saudáveis relacionados à saúde visual e sobre os serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

A proposta demonstra especial sensibilidade ao contemplar ações voltadas às crianças em idade escolar, aos idosos e às pessoas com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, públicos mais suscetíveis ao desenvolvimento de enfermidades oculares. Ao incentivar campanhas educativas, triagens visuais e atividades de orientação, o projeto reforça a importância da prevenção como instrumento de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população.

Outro aspecto relevante consiste na valorização da inclusão das pessoas com visão monocular, promovendo a conscientização acerca de seus direitos e incentivando a construção de uma sociedade mais acessível e igualitária. A homenagem prestada à mogimiriana Amália Barros, reconhecida nacionalmente por sua atuação em defesa das pessoas com deficiência visual, confere à iniciativa significativo valor social e educativo, preservando sua memória e seu legado em benefício da coletividade.

Importante destacar, ainda, que o projeto possui caráter predominantemente educativo e orientativo, não impondo obrigações excessivas ao Poder Executivo, mas apenas autorizando a realização de ações e a celebração de parcerias voltadas à consecução de seus objetivos. Dessa forma, a matéria apresenta viabilidade prática e administrativa, podendo ser implementada de acordo com a conveniência da Administração Pública e a disponibilidade de recursos orçamentários.

Diante dessas considerações, verifica-se que a proposição reúne os requisitos de conveniência e oportunidade, mostrando-se adequada para promover a conscientização sobre a saúde ocular, incentivar a prevenção de doenças visuais, fortalecer a inclusão das pessoas com visão monocular e fomentar políticas públicas voltadas à proteção da saúde e à melhoria da qualidade de vida da população de Mogi Mirim.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

III - OFERECIMENTO DE SUBSTITUTIVO, EMENDAS OU SUBEMENDAS

Após análise detalhada do projeto o relator **não propõe emendas** ao texto do projeto. A decisão de não propor emendas baseia-se no entendimento de que o projeto, em sua forma cumpre com os seus objetivos.

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e Comissão de Finanças e Orçamento, por unanimidade, **aprovam** o Projeto de Lei nº 96 de 2026, **sem emendas**, considerando-o **legal, constitucional e conveniente**.

Assinam os membros da Comissão de Justiça e Redação que votaram a favor:

- Vereador Wagner Ricardo Pereira (Presidente)
- Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Vice-Presidente)
- Vereador Márcio Evandro Ribeiro (Membro)

Assinam os membros da Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social que votaram a favor:

- Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello (Presidente)
- Vereador Everton Bombarba (Vice-Presidente)
- Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Membro)

Assinam os membros da Comissão de Finanças e Orçamento que votaram a favor:

- Vereadora Mara Cristina Choquetta (Presidente)
- Vereador Márcio Dener Coran (Vice-Presidente)
- Vereador Marcos Paulo Cegatti (Membro)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO RÓTTOLI", em 25 de setembro de 2026.

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Relator

REFERÊNCIAS

1. **Consulta Jurídica - UVESP**, na qual reforçou a competência legislativa municipal, a inexistência de vício de iniciativa, a natureza programática da norma e a ausência de criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
2. **Constituição Federal, Art. 2°,** que dispõe sobre a separação dos poderes.
3. **Constituição Federal**, **Art. 23, inciso II**, dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública, legitimando a atuação municipal na promoção de campanhas e ações de conscientização em saúde.
4. **Constituição Federal, Art. 30, incisos I e II,** competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar legislação federal e estadual.
5. **Constituição Federal, Art. 167, inciso II,** que trata da vedação a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
6. **Constituição Federal, Art. 196,** dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas destinadas à redução dos riscos de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.
7. **Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/2000), Arts. 16 e 17,** dispõe sobre condições para geração de despesas públicas.
8. **Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021** – Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais, servindo de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

fundamento jurídico para as disposições do projeto relativas à conscientização, inclusão e garantia de direitos das pessoas com visão monocular.

9. **Supremo Tribunal Federal – Tema 917 da Repercussão Geral (ARE nº 878.911/RJ).**

   Firmou entendimento de que não há vício de iniciativa em lei de autoria parlamentar que institua campanhas, programas ou semanas temáticas de interesse público, desde que não disponha sobre a estrutura administrativa, atribuições de órgãos públicos ou regime jurídico dos servidores, ainda que possa acarretar reflexos financeiros.

10. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº2286404-65.2025.8.26.0000.** O Órgão Especial reconheceu a constitucionalidade de lei municipal de iniciativa parlamentar que instituiu semana temática de saúde ocular no calendário oficial do Município, assentando que normas dessa natureza não violam a reserva de iniciativa nem o princípio da separação dos Poderes quando não criam órgãos públicos, não alteram a estrutura administrativa e não impõem a execução obrigatória de políticas públicas.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 96 DE 2026 DE AUTORIA DOS VEREADORES ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR E LUIS ROBERTO TAVARES.

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determinam os artigos 35, 37 e 39 da Resolução n° 276 de 09 de novembro de 2010 a Comissão Permanente de Justiça e Redação, Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e Comissão de Finanças e Orçamento formalizam o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n° 96 de 2026.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA
Presidente/Relator

VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

VEREADOR MÁRCIO EVANDRO RIBEIRO
Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO
Presidente

VEREADOR EVERTON BOMBARDA
Vice-Presidente

VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA
Presidente

VEREADOR MÁRCIO DENER CORAN
Vice-Presidente

VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI
Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=6Z6223Z0WT1B3Y2E, ou vá até o site https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E



WAGNER RICARDO PEREIRA
Vereador - 1º Vice-Presidente
Assinado em 25/09/2026, às 15:27:29



EVERTON BOMBARDA
Vereador
Assinado em 25/09/2026, às 15:40:34



MÁRCIO DENER CORAN
Vereador
Assinado em 25/09/2026, às 15:44:11



WILIANS MENDES DE OLIVEIRA
Vereador
Assinado em 28/09/2026, às 08:57:04



MARCOS PAULO CEGATTI
Vereador - 2º Secretário
Assinado em 28/09/2026, às 15:39:54



ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO
Vereador
Assinado em 29/09/2026, às 10:04:14



MARCIO EVANDRO RIBEIRO
Vereador
Assinado em 05/10/2026, às 14:45:19



MARA CRISTINA CHOQUETTA
Vereadora
Assinado em 20/10/2026, às 16:19:37

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 6Z62-23Z0-WT1B-3Y2E